

28 ABR 1985

POLÍTICA

Pernambucanos temem um mero pacto entre elites

NIVALDO ARAUJO
Correspondente

Recife — A transformação da futura Constituinte em mais um mero "pacto das elites", com o povo sem voz e vez, é o temor da classe política pernambucana, em sua quase totalidade. O sociólogo Gilberto Freyre, por exemplo, constituinte de 46, advoga uma Constituinte "com o máximo de abertura", para que todos os brasileiros indistintamente possam dela participar, enquanto que o escritor e jornalista Paulo Cavalcante, membro do Partido Comunista Brasileiro, adverte: "Ou levamos o debate da Constituinte às grandes massas, ou o que dela resultar há de, inevitavelmente, consultar os interesses de classes de grupos oligárquicos e minorias detentoras de regalias sociais".

— Uma Constituinte nova — observa Paulo Cavalcante — pressupõe sempre um ato de ruptura com um passado jurídico institucional. Essa ruptura precisa ser levada a cabo, antes que a Nação se confronte com uma avalanche de ódio acumulado e reprimido. Durante os últimos anos, diante do fracasso, do militarismo, em todos os níveis, criou-se um estado de consciência em favor de mudanças e transformações estruturais. Esse negócio de disciplinar o uso do carro oficial, de conter nomeações por um determinado prazo, de combater pretensamente mordomias e a corrupção, de desdobrar ministérios, de economizar verbas e cortar orçamentos públicos — é panacéia que a República, vem usando desde que existe. Eu, pessoalmente, já vi esse filme desde a Revolução de 30.

O governador Roberto



Magalhães, por sua vez, entende que a Constituinte resultará no grande conduto através da qual o País chegará ao pacto social. E ele a defende para 1986, discordando de qualquer outro prazo antes disso: "Uma Constituinte agora levaria a um poder paralelo — o Senado e Câmara, e mais a Constituinte. Parece que o modo ideal é o de 45/46. Convocam-se eleições gerais e elege-se deputados e senadores com poder constituinte.

Pacto das elites é, também a expressão utilizada com frequência para qualificar a Constituinte que será legada ao povo brasileiro, se ela não for efetivada com a participação intensa da totalidade da Nação pelo ex-deputado e ex-líder das ligas camponesas de Pernambuco, Francisco Julião, que aponta o poder econômico com sua grande capacidade de corrupção "se apossa da bandeira da Constituinte e comece a corromper, comprar, subornar consciências".

A mesma preocupação quanto àqueles aspectos citados pelo ex-líder das ligas camponesas que tem o deputado federal Jarbas Vasconcelos, para quem a Constituinte é o fato mais

importante dentro do processo político, compromisso maior do presidente Tancredo Neves.

— Minha preocupação — diz Jarbas — é que ela venha a ser convocada sem que sejam atendidos pressupostos básicos à sua pureza, com a remoção do chamado entulho autoritário, legalização dos partidos ora na clandestinidade, modificação na Lei Orgânica dos partidos políticos, livre acesso aos meios de comunicação, dentre outros. O fundamental é que o Governo proporcione meios de se efetivar amplo debate a nível nacional, antes de se partir precipitadamente para uma Constituinte que não atenda aos anseios de 130 milhões de pessoas, frustrando todo um povo, com as consequências perigosas que uma frustração nacional poderá proporcionar.

É e ainda o escritor Paulo Cavalcante quem adverte e recomenda: O grande perigo do debate em torno da Constituinte ou pressupostos indispensáveis a que ela expresse a vontade da grande maioria da população, em todos os seus segmentos e classes.

— Não podemos deixar que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte repita os erros do passado, ou seja, que não passe de um pacto social entre as elites, através de conciliábulos de gabinetes, discriminando-se o povo. Até hoje, do Império à República, as constituições resultaram de conchavos e de trocas de concessões e favores entre as camadas mais afortunadas da sociedade. E o pouco de progresso que nelas se contém decorreu de lutas encarniçadas de setores da população, ou de categorias profissionais minimamente organizadas — diz Paulo Cavalcante.